

Leitura da Agenda Pós 2015 a partir da teoria crítica do desenvolvimento

Ana Fantasia CEsA.UL e Pedro Pereira Leite (CES.UC)

Resumo

Em 2000 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou e definiu oito objetivos de desenvolvimento do milénio a atingir em 2015. Com esse compromisso procurou alcançar um conjunto de ambiciosas metas, objetivadas através de indicadores quantitativos verificados num horizonte temporal de 15 anos. Anualmente os resultados atingidos são reportados à Assembleia Geral. Neste ano de 2015, é já claro o grau de aquisição destes objetivos, e discute-se de que forma é que se dará continuidade a esse compromisso.

Neste artigo abordamos os contextos de formação destes objetivos no âmbito da Teoria do Desenvolvimento a partir da relação da compatibilização entre os fins, aqui apresentados como “os objetivos”, com os meios alocados pelos diferentes atores envolvidos. A análise dos meios leva-nos a mapear os processos implementados no campo da Ajuda ao Desenvolvimento. A partir dessa análise interrogamos a eficácia e a eficiência da ajuda ao desenvolvimento e a adequação do conceito de Desenvolvimento na discussão atual sobre os Objetivos de Desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Pós-desenvolvimento, Teoria do Desenvolvimento, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, Ajuda ao Desenvolvimento, Teoria Crítica

O contexto da Teoria do Desenvolvimento

A Teoria do Desenvolvimento tem a sua origem com a dissolução dos Impérios coloniais a partir de 1945. Com o início da grande vaga independentista do pós-guerra regista-se a passagem duma tutela colonial, com definição das atividades a desenvolver por parte duma elite branca, para uma autonomia política de base “nacional”¹. Essa nova realidade exige a reformulação dos processos de desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento surge como um ramo específico da economia, para resolver a questão de como promover o desenvolvimento nos países pobres. Ao longo destes anos foram-se formulando modelos de intervenção que procuravam responder a essa questão (Rist, 2002).

Num primeiro tempo, entre os anos 50 e 60, o modelo dominante foi o da *modernização*. O modelo da modernização partia da constatação de que os sistemas coloniais haviam apostado numa produção extensiva de exportação para as metrópoles e nada haviam feito para organizar o território. Haveria portanto, dum lado um sector tradicional, essencialmente rural que implicava modernizar, ao mesmo tempo que, mantendo as indústrias existentes para exportação, se impunha assegurar um determinado nível de industrialização e urbanização. Trata-se dum modelo essencialmente dualista.

A realidade veio a demonstrar vários limites à aplicação deste modelo, entre as quais se costuma salientar questões como a crescente taxa de urbanização que fez afluir às cidades grandes massas de camponeses, a crescente dificuldade em conciliar os processos industriais com as culturas tradicionais e uma mão-de-obra pouco qualificada. Isso conduziu a uma quebra dos preços das matérias-primas nos mercados mundiais, gerando a diminuição dos rendimentos gerais e concentração da riqueza nas elites locais.

Contatava-se que não se estava a verificar “um desenvolvimento”. O aumento da pobreza e o agravamento das condições de vida nas cidades em África era evidente. As mulheres estavam marginalizadas nos processos económicos. A crescente conflitualidade entre estados ou regiões aumentava. Surge como alternativa o modelo das economias planificadas, onde em poucos anos, debaixo duma orientação do estado vários países tinham atingido um bom nível de “desenvolvimento”.

O modelo apresentava algumas limitações. Obrigava a procurar modos de catalisar esse desenvolvimento. O Estado assumiu, em grande medida, a tarefa de procurar atrair recursos necessários para o investimento, ao mesmo tempo que criava as bases para implementar políticas públicas que assegurassem a modernização da sociedade e o seu bem-estar. As políticas de educação e saúde tornam-se prioritárias.

¹ O critério nacional é aqui usado como unidade política, uma vez que a delimitação territorial dos novos estados foi feita com base nas situações herdadas no processo colonial.

No entanto, estes investimentos geravam uma elevada taxa de inflação, ao mesmo tempo que a transformação social demorava a acompanhar o processo. No âmbito internacional acentuava-se a degradação dos termos de troca entre o sul e o norte, aumentando as situações de dependência que vinham do tempo colonial. As soluções propostas para procurar ultrapassar a dependência foram variadas. Nuns casos a implementação de modelos de base socialista (propriedade coletiva e planificação económica), noutros a busca do equilíbrio nas relações de troca entre o centro e as periferias. Em todos os modelos defendia-se a industrialização como processo de substituição das importações e o aumento das proteções aduaneiras.

A constituição do mercado, entenda-se como a troca mediada pela moeda, e a geração de capacidade de uso da massa monetária para o desenvolvimento (poupança/investimento), em paralelo com a eliminação de barreiras aduaneiras, emerge nos anos oitenta como modelo na teoria do Desenvolvimento. O modelo protecionista e/ou socialista não gerou desenvolvimento económico e não criou riqueza. Evidenciam-se diversos desequilíbrios que o modelo do ajustamento estrutural, que adiante detalharemos, se propunha resolver.

Malgrado o crescente predomínio da economia de mercado continuou a verificar-se um elevado nível de pobreza e miséria nos países do sul. Nesta altura assistiu-se a uma diminuição muito fraca dos vários indicadores do desenvolvimento humano (renda, escolarização, acesso à saúde, igualdade de género, segurança alimentar, etc.) e como se multiplicaram os conflitos entre estado. Falava-se então da “década perdida” para África.

O modelo do ajustamento estrutural, e a “mão invisível do mercado” não estavam a funcionar adequadamente. A emergência de novos atores evidenciava que a teoria do desenvolvimento económico necessitava de ser adequada aos novos problemas. Questões como os custos de externalidade dos investimentos (sobretudo em termos ambientais e sociais) bem como a criação de elites fortemente capitalizadas, com investimentos na economia global, levam ao questionamento do modelo do ajustamento estrutural para dinamização do mercado. No início do novo século os sintomas duma situação crítica da Teoria do Desenvolvimento acentuavam-se. É nessa altura que são definidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

Quando em 8 de Setembro de 2000 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a presidência de Kofi Anan, aprovou a Declaração do Milénio (Assembly, 2000), que é adotada pelos seus 191 estados membros, assistiu-se a um momento de viragem, onde se procura estabelecer os princípios de um programa de intervenção global. Um programa que é limitado no tempo, até 2015, com definições de objetivos concretos, mensurados e medidos de ano a ano.

Esse documento sintetiza um intenso esforço diplomático e de diálogo com diferentes organizações, de conciliações de diferentes acordos internacionais setoriais que se

vinham a desenvolver ao longo dos anos 90. Declarações sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, sobre o racismo, o combate às epidemias e pandemias como o HIV, são traduzidos nesta declaração em oito capítulos e 32 parágrafos. Um dos seus aspetos mais relevantes traduziu-se na inclusão dos objetivos quantitativos para alcançar no espaço de 15 anos. São todos eles objetivos que se preocupam com o destino da humanidade e do planeta nesse início do novo milénio.

Esse esforço de compromisso traduziu-se, em termos práticos, no estabelecimento de oito objetivos de desenvolvimento para o milénio (ODM), que passaram a balizar as ações de ajuda ao desenvolvimento e a intervenção dos diferentes atores no âmbito da formulação dos projetos de desenvolvimento ou de investimento em políticas públicas. Os ODM foram, no seu tempo, uma forma inovadora de agir no âmbito da Ajuda ao Desenvolvimento.



Os oito objetivos definidos são:

Objetivo 1- Erradicar a pobreza extrema e a fome. Calculava-se que cerca de um bilhão e duzentos milhões vivessem com uma renda inferior a 1 U\$/dia, na maioria dos casos localizadas em países do sul. O objectivo foi o de reduzir para metade esse número. Um objectivo que seria medido através da media da renda per capita e seria favorecido pelo investimento na criação de emprego, na melhoria da renda e no acesso à terra para trabalho agrícola, a formação e capacitação profissional

Objetivo 2 -Atingir o ensino básico universal. Calculava-se que cento e treze milhões de crianças estavam fora dos sistemas de escolarização básica (aprendizagem da leitura, da escrita, e da aritmética).A ambição dos ODM era proporcionar à totalidade das crianças em idade escolar em 2015 o acesso ao sistema de ensino.

Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. Um objectivo que procurava atingir uma maior igualdade entre o género, na medida em que os diferentes diagnósticos realizados indicavam que a pobreza e o analfabetismo e a violência atingiam de forma mais intensa e extensa as mulheres. A mobilização da participação das mulheres na vida social era vista como um importante indicador de capacidade, prpondo-se eliminar este desequilíbrio.

Objetivo 4 Reduzir a mortalidade infantil – Calculava-se que em cada ano a mortalidade infantil, sobretudo nos países do sul, ceifava, por falta de assistência médica, higiene e desconhecimento dos procedimento geriatricos adequados 11 milhos de crianças até 1

ano de idade. O objectivo tralado foi o de reduzir para 1 terço esse número para crinaças até aos 5 anos de idade, através da promoção de políticas e programas de saúde e educação para a saúde nas comunidades.

Objetivo 5 Melhorar a saúde materna – Os dados sobre a saúde materno-infantil indicavam que nos países do sul se registava uma morte de mulher em cada 48 partos. Uma situação cujas causas residiam na falta de serviços de saúde, de técnicos de saúde e de práticas meterno infantis desadequadas. O objectivo de reduzir em $\frac{3}{4}$ esse número apontava para o reforço das políticas publicas na área da saúde.

Objetivo 6 Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças . Um problema que afectava nesse final do milénio do planeta, com uma maior intensidade no hemisfério sul. O objectivo defenido foi o de controlar a disseminação do HIV,e procurar controlar a incid~encia de malária e outras doenças epidémicas.

Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental. Considerava-se na época que cerca de um bilhão de pessoas não tivessem acesso a água potável. O saneamento básico apresentava números ainda superiores. Por outro lado, os dados sobre o Estado do ambiente e a discussão sobre as alterações climáticas davam indicações sobre a necessidade de manter a bio-diversidade no planeta, com especial atenção às zona humidads, bem como a necessidade de reduzir as emissões de CO2 para a atmosfera.O objectivo defenido foi o de aumentar o consumo de energia a partir de fontes limpas, melhorar os processos de saneamento e abastecimento de água e assegurar a bio-diversidade

Objetivo 8 – Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Trata-se dum último objectivo mais programático onde se procurava envolver os diferentes atores nos processos de desenvolvimento com uma especial enfase na redução das dívidas externas dos países do sul. Considerava-se ainda que era necessário estabelecer um mecanismo de trocas mundiais mais justo e promover o acesso aos benefícios da ciência e da tecnologia a todos, em particular aos mais jovens, através de programas de formação e capacitação.

Este conjunto de objectivo é mensurado através de 22 metas e 48 indicadores que todos os anos permitiam a monitorização do processo em diferentes escalas (nacional, regional e global). Na época os ODM foram saudados não só pela primeira vez se ter conseguido alcançar um compromisso glocal ao nível da Organização das Nações Unidas, como também pela implicação nesse processo pelos diferentes atores.

Como em todos os resultados das ações humanas, entre os desejos e a realidade, quinze anos depois nem tudo terá sido alcançado, nem todos os campos terão sido atingidos com igual eficácia. Há quem aponte vulnerabilidades e ausências. Mais à frente detalharemos essas questões a partir dos resultados. Mas antes disso procuraremos analisar esta questão de forma crítica.

Este conjunto de objetivos é mensurado através de 22 metas e 48 indicadores que todos os anos permitiam a monitorização do processo em diferentes escalas (nacional, regional e global). Na época, os ODM foram saudados não só pelo facto de, pela primeira vez, se ter conseguido alcançar um compromisso global ao nível da Organização das Nações Unidas, como também pela implicação nesse processo pelos diferentes atores.

Quinze anos depois, entre os desejos e a realidade nem todos os campos são atingidos com igual eficácia. Há quem aponte vulnerabilidades e ausências na formulação dos objetivos, ou deficiências nos processos.

O contexto das políticas de ajuda ao desenvolvimento

O contexto da formação dos ODM não pode deixar de ser analisado através das diferentes estratégias dos seus atores. Se os objetivos são consensuais, as estratégias implementadas, bem como os instrumentos mobilizados, podem ser diferenciadas em função dos interesses dos diferentes atores. Entre estes constituem-se como especialmente relevantes aqueles que facilitam os processos de financiamento aos programas de ajudas ao desenvolvimento.

A questão da Ajuda ao Desenvolvimento no início do milénio foi marcada por aquilo a que se poderá chamar o “Paradigma do Ajustamento Estrutural ou “Washington Consensus” (Proença, 2009). Segundo Sangreman *os “conceitos de estabilização e ajustamento estrutural foram, nos anos 80 e 90, objecto de inúmeros textos oriundos de áreas de conhecimento muito diversas que procuraram precisar os seus contornos conceptuais, seja no sentido mais genérico como sinónimo de desenvolvimento, seja num sentido mais restrito de políticas económicas e sociais”* (Proença, 2009). Essa questão assume relevância para os conjuntos dos países de África Caraíbas e Pacífico, (os estados ACP) mais vulneráveis em termos económicos e financeiros e em termos de coesão social e política.

Na época assistia-se a hegemonia dos EUA e da Europa no campo das relações internacionais. Verificava-se à emergência da economia chinesa o seu papel como ator mundial com uma estratégia própria e dos BRICS, (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), sem que isso conduzisse a alternativas na Ajuda Internacional o Desenvolvimento.

Neste contexto, os países mais pobres não dispunham de alternativas para o financiamento ao desenvolvimento. Os seus programas ficaram dependentes das ajudas externas para concretizar os ODM. As instituições de financiamento (BM e FMI) condicionavam a ajuda à aplicação de programas de ajustamento estrutural. Os beneficiários obrigaram-se a aceitar regras de estabilização económica e financeira, a implementar processos de abertura ao mercado e de democratização da vida política.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aproveitaram ainda para, através destes programas de ajustamento, reestruturar as dívidas externas desta países, que na

sequência do aumento dos preços do petróleo (após a 1ª guerra do Golfo) tinham disparado. A forte queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial, em virtude dos sucessivos acordos comerciais de tarifas aduaneira (GATT) contribuiu igualmente para um crescimento da Dívida Externa.

A capacidade que cada estado tinha de encontrar financiamento para desenvolver os seus projetos de desenvolvimento, estava condicionada ao cumprimento de políticas económicas e das decisões políticas (políticas de boa governação) e estímulo às trocas no mercado.

Esta tendência dominante estava longe de ser linear. Como diz Sagreman na sua análise, os diferentes atores (quer as organizações internacionais, as ONG ou os estados) estabelecem diferentes estratégias de intervenção mais ou menos ajustadas, o que levou a alguma competição entre diferentes agências de financiamento, que em última análise também condicionavam os financiamentos aos objetivos de curto prazo desses atores (Proença, 2009).

A questão da Eficiência da Ajuda ao Desenvolvimento (Aid Effectiveness) começa então discutir-se como problemática para se atingirem as metas do Desenvolvimento Económico e Humano. A eficácia da ajuda liga-se aos condicionalismos da boa governação e à capacitação dos atores, referenciais que passam a estar associados nos diversos projetos das organizações e agências internacionais e demais países doadores.

Quando, em 2002 na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, se estabelece o consenso entre os países doadores (e de uma maneira mais lata a comunidade internacional) sobre a necessidade duma ajuda eficaz, também se torna claro a constatação da necessidade de se aumentar o financiamento para o desenvolvimento, de forma a alcançar os ODM. O acordo, que fica conhecido como o “Consenso de Monterrey”, considera também que mais dinheiro não é uma condição suficiente por si só, reconhecendo a necessidade de agregar a questão da eficácia dessa ajuda.

Os países doadores estabelecem um novo paradigma (“Monterrey consensus”) que implicou alterar os critérios da avaliação dos projetos. Não era suficiente analisando apenas os seus fins, mas sobretudo necessário centrar essa avaliação sobre os seus processos. O consenso teve importantes implicações nas práticas implementadas na ajuda ao desenvolvimento porque agregar a eficiência do processo tornou necessário o envolvimento dos destinatários das ajudas. Desde os anos oitenta que a questão do envolvimento dos atores locais era defendida pelas ONGD. Com Monterrey essa visão tornou-se predominante e os atores locais passaram a ter uma voz mais ativa na elaboração e gestão dos projetos.

Monterrey substitui o paradigma do Ajustamento Estrutural ou “Washington Consensus” constituído por um conjunto de dez regras² seguidas pelos economistas do FMI e Banco Mundial na análise de projectos. Os resultados dos ajustamentos estruturais eram crescentemente contestados na comunidade internacional face ao agravamento das condições de vida das populações em diversos países. Uma contestação que ganha força à medida que novos atores internacionais ganham relevância na economia internacional, como então estava a suceder com a China e a Índia.

Não cabe, neste momento, desenvolver a análise dos processos da Ajuda ao Desenvolvimento, mas vale a pena realçar o seu contexto há época do Estabelecimento dos ODM, para compreender essa a questão da difícil compatibilização entre os fins e os processos.

Essa questão leva também a um questionamento no campo interdisciplinar da Economia do Desenvolvimento sobre os seus resultados e prespetivas: em muitos casos nem o nível de vidas nem o bem-estar das populações, nas regiões de maior pobreza, estavam a ser alcançadas. Malgrado os relevantes esforços de financiamento a crescente consciência dos resultados da globalização da economia e a emergência de importantes atores não estatais, fazia entender a complexa interdependência nos processos de desenvolvimento e acentuavam a perceção da disparidade entre os fins pretendidos e os resultados alcançados. A procura de respostas para a interrogação sobre como é possível satisfazer as expectativas duma humanidade a viver em paz e a explorar os recursos do globo de forma sustentada para todos os seus habitantes, ganhou relevância teoria que a economia crítica procura dar resposta..

A crítica à economia do desenvolvimento e a emergência do pós-desenvolvimento

Alguns autores consideram que o conceito de Desenvolvimento não passa duma “crença” construída pela Europa, como forma de manter a sua relação hegemónica com os seus antigos espaços de dominação colonial (Rist, 2002). Gilbert Rist faz uma análise do pensamento ocidental (onde o crescimento e desenvolvimento se inserem), que pressupõe, ao contrário de outras culturas, que esse movimento é sempre crescentes e não apresentam limites (Rist, 2002). Através de dicotomias que surgiram ao longo da história do pensamento europeu, tais como cristãos e infiéis, selvagens e civilizados, culturas orais e culturas escritas, povos sem história versus povos com história, a construção da narrativa sobre o desenvolvimento não pretende mais do legítimar o domínio da Europa sobre o outro.

² Disciplina fiscal, Redução dos gastos públicos, Reforma tributária, Juros de mercado, Câmbio de mercado, Abertura comercial, Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, Privatização das empresas estatais, Desregulamentação do trabalho e Direito à propriedade intelectual

O desenvolvimento, ao que se opõe o não desenvolvimento, é apresentado como o caminho a percorrer por todos os povos para poderem participar nos benefícios do avanço científico, civilizacional e político. A ciência e a democracia constituem os dois instrumentos necessários para atingir esse fim, ao qual se adiciona o mercado como espaço de concretização das trocas de bens e serviço.

A narrativa construída sobre o desenvolvimento implica a ideia de crescimento contínuo e a delimitação do que não é desenvolvido. A ideia do não desenvolvido ou do subdesenvolvimento é uma ideia torna-se numa ideia de subordinação porque nela está implícita uma direção do justa do processo (que conduz ao desenvolvimento).

A crítica ao desenvolvimento, porém, vai mais longe do que a constatações sobre as bases de enunciação do discurso. Ela releva também a impossibilidade teórica de que todos os espaços do planeta possam vir a ser desenvolvidos, na medida, em que considerando o desenvolvimento um processo de subordinação (do norte sobre o sul), ele contém, na sua essência, a necessidade de que, para que uns tenham acesso à abundância de bens essencial para satisfazer as necessidades dos seus mercados, haverá sempre a necessidade de haver outros que são excluídos do acesso à abundância desses bens.

A crença no desenvolvimento ao reconhecer a existência da pobreza e da exclusão propõe uma via para a sua resolução. Uma via que é feita por uma prática de boas condutas e de procedimentos adequados, definidos pelos desenvolvidos, continuando a excluir qualquer forma de autonomia dos outros. O roteiro para o desenvolvimento é proposto como um percurso unidireccional.

Um pensamento que se torna dominante com a falência das experiências de economia colectiva. O desenvolvimento com base no mercado ganhou relevância. A economia de mercado deveria esta ligada à democracia (tese que a economia chinesa não comprova). Assegurar as ajudas fazendo-as depender dos procedimentos democráticos, (ou orientada para determinado sectores, ou para projetos) não é mais do que uma forma de manter a hegemonia do norte. Ao valorizar programas se destinavam a eliminar os grandes problemas como a fome, a malnutrição, a saúde pública, a educação criou-se uma retórica consensual em torno de objetivos, que mais não fez do que financiar infraestruturas públicas e apoiar-se as administrações locais na criação de sistemas de controlo social. Apoiaram-se exércitos e polícias para salvaguardar os investimentos. Para acalmar as consciências mais inquietas organizaram-se campanhas entre a sociedade civil para intervenções pontuais. Para salvar populações inteiras de fomes endémicas, organizaram-se campanhas de alimentação. Nos países do norte, as ONG organizavam-se para responder aos diferentes problemas e programas, aproveitando alguns financiamentos públicos.

A teoria crítica do desenvolvimento denuncia que duma maneira ou doutra o fluxo financeiro da Ajuda ao desenvolvimento destinado aos países do sul acabavam por, na sua maioria, regressar aos países dadores sob a forma de benefícios dos atores

envolvidos, ampliando as dependências locais, quer por tecnologia, quer por recursos humanos qualificados, que ainda pela assistência técnica.

A teoria crítica do desenvolvimento, ao apontar estas contradições e realçando a complexidade dos problemas que procuram ser resolvidos, interroga-se sobre o que é necessário fazer, partindo do princípio que não há uma única solução. Recusando o determinismo unidirecional propõe examinar vias alternativas a partir da diversidade cultural de cada local e actor. É a partir da observação do local que devem ser problematizados as distintas opções. Mas optar a partir do local, não implica necessariamente rejeitar os benefícios que as tecnologias e a investigação científica trouxeram ao bem-estar e à saúde pública. Defende que é necessário colocar esse saber disponível para as diferentes capacidades individuais e colectivas nas comunidades.

Contudo, a questão da ciência e da tecnologia na reflexão da teoria crítica do desenvolvimento, não é neutra. O acesso aos seus benefícios não pode continuar a ser uma forma e um processo de manter relações desiguais e situações de dependência. A teoria crítica considera que a ciência e a técnica podem trazer muitos benefícios, mas também pode ser responsáveis por muitos problemas, desde a degradação ambiental, à destruturação das relações sociais nas comunidades, na criação de desigualdades. Reconhece que em nome dos princípios do desenvolvimento se acabou por criar mais desigualdades e novas formas de distribuição das riquezas dos territórios, novos problemas sociais e novas ambições que afetam a relação entre os povos (Rist, 2002).

Que vias se podem abrir. Rist aponta três vias possíveis. Uma que podemos classificar como “*normativista*”, partindo da crítica à economia produtivista, procura equilibrar as relações entre o norte e o sul com base na cooperação entre estados. (Rist, 2002)

Uma segunda posição, com base na experiência dos movimentos sociais do sul, que podemos considerar como “*construção de alternativas*”. Segundo Rist, essa corrente parte do princípio que nada há que esperar da generosidade dos países do norte. Nas últimas décadas todas as relações foram feitas em nome do desenvolvimento e mais não sucedeu do que aprofundar das desigualdades entre os povos e o acentuar das dependências e hegemonia no norte. Há que devolver a autonomia política aos movimentos sociais, para que estes aprofundem as experiências políticas de afirmação de vias alternativas de vivência social e atividades económicas ao modelo de acumulação (Rist, 2002). Embora minoritários, estes movimentos sociais podem ser alternativas no futuro.

Finalmente, a terceira via considerada por Rist, parte da *crítica ao próprio conceito de desenvolvimento*. É necessário que os europeus e os povos do norte deixem de procurar impor aos outros povos o que consideram melhor para eles (Rist, 2002). É a partir dessas três vias que se propõe aprofundar a sua teoria do pós-desenvolvimento³, uma questão que não merece, por enquanto consenso científico. A teoria crítica defende que é

³ Veja-se a propósito desta questão o texto de Arturo Escobar (Escobar, 2007)

necessário que a ciência procure soluções fora da regularidade da lei postulada pelas normas científicas. (Rist, 2002). A procura de regularidades não faz mais do que encontrar soluções que reforcem as velhas convicções. A teoria crítica deve propor-se a procurar anomalias. Será nas anomalias que se encontram as alternativas. (Santos, 2000)

Se a teoria do pós-desenvolvimento tem por base a crítica à crença da ideia do desenvolvimento, como uma noção contraditória, que mais não tem feito do que criar uma ilusão sobre os objetivos e que tem permitido a perpetuação e o reforço das relações de poder desigual. A ciência deverá abandonar a sua forma de narrativa de legitimação das práticas e envolver-se na reflexão sobre os conceitos básicos da economia. Por exemplo o conceito de mercado e circuito económico são formulados com base numa ideia mecanicista de que existe um equilíbrio entre os movimentos da matéria. O equilíbrio entre a oferta e a procura, postulado pela teoria da economia clássica, não leva em linha de conta que toda a ação implica uma transformação da energia. A teoria crítica do desenvolvimento deveria então estudar o modelo de troca, para entender como é que esse modelo tem contribuído para acentuar as dependências e propor alternativas. Há que ter a coragem de questionar um modelo que se mostrou perverso, não ficar de braços cruzados à espera que a miséria do mundo se instale. E isso deve ser feito a partir da definição feita pelos próprios implicados no processo.

Em suma, atuar para a teoria crítica do desenvolvimento implica questionar os fundamentos da teoria. A questão que deve ser colocada é se será possível que a ideia de desenvolvimento possa contribuir para a resolução dos problemas. Segundo Rist, mesmo que se critique o conceito há que reconhecer que os problemas existem. E reconhecendo que os problemas são reais há que atuar e definir quais as bases dessa ação: os valores da prática.

A crítica feita ao pós-desenvolvimento permite entender que o ponto de formulação da narrativa sobre o desenvolvimento e o lugar de enunciação dos projetos deve deixar de ser feita a partir dos valores dos países do norte, e procurar definir quais são as necessidades dos outros. Devemos partir dos valores e necessidades dos outros e procurar satisfazê-las. A Teoria crítica enuncia um conjunto de princípios para a ajuda ao desenvolvimento, que passa pelo encontro com o outro,. Há que apostar na capacidade criadora e de inovação que surja desse encontro para procurar reflectir sobre a a experiência do mundo. Para criar algo de novo há que explorar, com cautela, a fronteira da transgressão. (Rist, 2002)

Rist reconhece que a partir dos relatórios do PNUD em 2000 (PNUD, 2000), o conceito de desenvolvimento deixou de estar centrado nos fins a atingir (o desenvolvimento) para se centrar nos problemas a resolver (os objetivos). Mas se os ODM se constituíram como o novo paradigma de ação, em torno deles também se constitui o núcleo de enunciação das narrativas das organizações internacionais. Rist exemplifica a partir da questão do problema da Pobreza. Sendo certo que o discurso sobre a pobreza é complexo e polissémico, não se pode ignorar que ele possa sugerir ao nível das diferentes religiões ou como discurso político. Recorda, por exemplo, que as narrativas

sobre a fome (Castro, 1978) e a pobreza dominavam o discurso político das organizações internacionais, antes da sua substituição pela narrativa sobre o ajustamento estrutural (Rist, 2002).

Como nota Rist, a resolução desse problema é apenas mais uma narrativa sobre os fenómenos do mundo observados a partir duma posição centrada no norte. Tal como anteriormente no discurso das ciências políticas se foram formulando outros problemas (o problema dos negros, dos desempregado, das mulheres, dos emigrantes ou do terrorismo) este á mais um discurso retórico. O que é necessário, do ponto de vista da Teoria Crítica de Rist é ultrapassar as limitações do paradigma em que na formulação dum problema se esquece que identificar que essa é uma operação mental disjuntiva. Uma operação em que ao se incluir se constroem categorias de exclusão. (Rist, 2002). Na análise sobre a pobreza, salienta Rist, é esquecido de que só há pobres porque existem ricos. Que é a concentração da riqueza nuns (indivíduos, organizações, ou países) que cria a pobreza noutros.

Para Rist a questão da pobreza e da riqueza é uma problemática social. Esquecer essa relação leva a que não seja abordada a sua complexidade, fazendo emergir apenas uma quantidade. A partir da definição dum número (do número de pobres ou da renda disponível), leva a que os programas definam a quantidade de recursos a afetar a esse problema, de forma a atingir um determinado ponto no tempo. Essa formulação evita também questionar o problema da “pobreza” do ponto de vista da ciência e cria uma ilusão de que é possível ser resolvido pela técnica. Essa equívoco leva a ignorar, na definição da pobreza, as questões do relativismo cultural. Ignora, por exemplo, que em África e para as culturas africanas, um pobre é aquele que não tem família.

Para Rist é necessário que a Teoria Crítica deve procurar ultrapassar a questão dos consensos como uma limitação do discurso. Questiona a possibilidade de ultrapassar as limitações da democracia representativa nas Organizações Internacionais. Se a Declaração que dá origem aos ODM resulta dum consenso, a que a substituirá será também o será. A questão contraditória é que são os estados que acordam nesse alinhamentos de forças, muitas vezes não escutando as vozes dos destinatários. A Teoria Crítica do Pós-desenvolvimento não poderá deixar de abordar as vias alternativas para, em vez dos consensos se estabelecem compromissos. Rist interroga-se sobre a possibilidade das organizações internacionais de ultrapassarem esse limite, considerando que essa limitação se manterá o que voltará a condicionar a extensão dos seus resultado. (Rist, 2002).

O debate atual sobre os ODM: resultados e perspetivas.

Os resultados mais recentes sobre a taxa de cumprimento dos ODM foram publicados em 2014⁴ Na sua análise é de realçar que os objetivos quantificados surgem agora na forma mais relativizada de alto, médio ou fraco, dividido por regiões do planeta. Ddos dezasseis indicadores distribuídos por nove regiões geográficas (a Europa e a América do Norte são excluídas) verificamos na maioria dos casos que os objetivos ficaram aquém do pretendido. Este tipo de apreciação vale o que vale. Há quem olhe para estes resultados, que em muitos casos são meras avaliações estatísticas aproximadas e referenciadas a anos anteriores, valorizando o que já foi feito; e há quem olhe para eles acentuando o que ainda falta fazer. Um balanço que será certamente feito a seu tempo

O debate actual coloca no centro do debate a questão dos critérios definidor das normatividades. Questões como os direitos humanos, a venda de armas, a luta contra a desigualdade social ou mesmo a “boa governação” como transparência nas decisões políticas e administrativas e mecanismos de prevenção da corrupção, não surgem como objetivos a alcançar. Se isso permite deixar de lado as incómodas questões culturais e assumira universalidade consensual dos programas, deixa de lado os modos como se atingem os objectivo. Como tem vindo a ser acentuado nos vários debates sobre a questão, se isso permite que os valores da ação sejam estabelecidos por quem, a cada momento tem poder de condicionar. Esse critério condiciona os critérios de elegibilidade na selecção dos beneficiários e os fins que se pretendem atingir. É necessário, do ponto de vista da Teoria Crítica procurar alternativas em outros atores.

Por outro lado, em relação à participação dos beneficiários na definição dos objetivos da ajuda, e apesar da Declaração de Paris (2005), sobre a eficácia da ajuda ao Desenvolvimento, entre outras, defender que as ajudas dos diferentes estado devem ser coerentes e alinhadas com os princípios políticos, quer dos dadores, quer dos ODM, quer dos próprios receptores (IPAD/OCDE, 2006), ainda se verifica que os destinatários ainda não fazem parte como atores ativos na definição dos seus programas.

A questão do pós 2015 surge como um campo de debate complexo entre a forma como os objetivos do milénio vão ser prosseguidos e os processos de envolvimento dos atores. Do que até agora se tem concluído é que existe um *deficit* na inclusão dos atores locais na definição dos objetivos e uma menorização das questões culturais.

O modo de inclusão dos atores locais é um campo complexo. Quem é o ator local é sempre um processo problemático, pois da sua capacidade de ações resultam melhores ou menos boas práticas. Por outro lado, também se verifica que em muitos dos espaços com piores resultados no alcáçar dos ODM, as estruturas locais são frágeis. Isso tem vindo a colocar questões sobre de que forma podem ser atribuídas as ajudas aos processos evitando a duplicação de circuitos de legitimidade.

Finalmente a ausência do lugar da cultura nos processos de Ajuda ao desenvolvimento conduziu a uma relativa menorização dos processos. As ajudas ao Desenvolvimento em

⁴http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20Progress%20Chart_English.pdf

muitos casos foram canalizadas através da criação de novas estruturas de relacionamento social que se foram sobrepondo a diferentes redes de relação social e de organização dos poderes locais. Nos lugares de menor eficácia da ajuda ao Desenvolvimento esse fator parece ser determinante para inclusão dos atores nas redes de economia local.

Bibliografia

- Amaro, R. R., 2003. Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou uma renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, Janeiro, pp. 34-70.
- Assembly, U. G., 2000. *Resolução A/RES/55/2*, New York: s.n.
- Castro, J. d., 1978. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas da alimentação e da população no mundo*, Porto: Opinião.
- Deleuze, Gil, 2004. *Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Escobar, A., s.d. Post-development as concept and social practice. In: A. Ziai, ed. *Exploring Post-development - Theory and practice, problems and perspectives*. s.l.:s.n., pp. 18-33.
- Hespanha, P. & Santos, A., 2011. *Economia Solidária: questões Teóricas e Epistemológicas*. Porto: Afrontamento.
- IPAD/OCDE, 2006. *Declaração de Paris sobre a Ajuda ao Desenvolvimento-2005*, Lisboa: IPAD.
- Journet-Diallo, O., 2010. À propos des modes de construction du territoire en pays jóla : sources écrites, traditions villageoises et matériaux ethnographiques. *Afriques*.
- Lambert, M. C., 1999. Have Jola Women Found a Way to Resist Patriarchy with Commodities? (Senegal, West Africa). *POLAR*, Maio, pp. 85-93.
- Nations, U., 2013. *The Millennium Development Goals Report 2013*, New York: Unites Nations.
- Nations, U., 2014. *Millennium Development Goals Report 2014*, New York: UN.
- PNUD, 2000. *HUman Develompment Report*, New york: NU.
- Proença, C. S., 2009. *A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Estado da Arte da cooperação portuguesa*, Lisboa: Workin Papers CEsA nº 80.
- Rist, G., 2002. *El desarrollo: história duma creencia occidental*, Madrid: Catarata.
- Santos, B. d. S., 2006. *A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S., 2000. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiencia*. s.l.:Afrontamento.
- United Nations Development Programme, 2013. *Human Development - The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*, s.l.: s.n.
- Wallerstein, I., 1994. *O sistema Mundial Moderno*. Porto: Edições Afrontamento.
- Weber, M., 1983. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença.
- Ziai, A., 2007. *Exploring Post-development - Theory and Practice. Problems and Perspectives*. London: Routledge.
- Ziai, A., s.d. Development discourse and critics: an introduction to post-development. In: A. Ziai, ed. *Exploring Post-development - Theory and practice, problems and perspectives*. s.l.:s.n., pp. 3-17.